

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; A IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA

**REQUERIMENTO Nº , de 2015
(Do Sr. Júlio Delgado)**

Requer a convocação do Sr GERSON DE MELLO ALMADA, vice-presidente da Engevix Engenharia S.A., para prestar depoimento a esta CPI.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal; no art. 2º, da Lei nº 1579, de 1952; no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e no art. 218 do Código de Processo Penal; que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. GERSON DE MELLO ALMADA, vice-presidente da Engevix Engenharia S.A., para prestar esclarecimentos, na condição de investigado, sobre o esquema de desvio de dinheiro nos contratos de obras com a Petrobras.

JUSTIFICAÇÃO

Preso desde novembro de 2014 pela Operação Lava Jato que investiga o esquema criminoso de corrupção na Petrobras, Gerson de Mello Almada, vice-presidente da Engevix Engenharia S.A., foi apontado nos depoimentos do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa como o principal responsável na Engevix pelos desvios de recursos da estatal.

Segundo decisão de 10 de novembro de 2014 do juiz Sergio Moro - da 13ª Vara Federal em Curitiba, responsável pelo processo decorrente da Lava Jato -, entre os anos de 2007 a 2014, as empresas do grupo Engevix e inclusive consórcios dos quais teria feito parte, teriam celebrado contratos com a Petrobras de cerca de R\$ 4.177.530.850,44. Na condição de líder do Consórcio RNEST, um dos responsáveis pelas obras na Refinaria Abreu e Lima, a Engevix realizou depósitos de R\$ 3.260.349,00 na conta da MO Consultoria. Também há depósitos de R\$ 416.400,00 na GFD Investimentos e, já na condição de líder do Consórcio Integradora URC, de R\$ 3.214.536,44 na conta da Empreiteira Rigidez. Tanto a MO Consultoria como a GFD Investimentos são empresas vinculadas ao doleiro Alberto Youssef. “Nos contratos celebrados entre a empreiteira e as empresas controladas por Alberto Youssef há sempre referência de que serviços de assessoria técnica e consultoria estariam relacionados a obras da Petrobrás”, escreveu o magistrado.

Ante o exposto, entende-se necessária a convocação do Sr. Gerson de Mello Almada, vice-presidente da Engevix Engenharia S.A., para esclarecimentos a esta Comissão, na condição de investigado, tendo em vista os fatos acima citados decorrentes da Operação Lava Jato, que apura o esquema de corrupção na Petrobras.

Sala da Comissão, em de de 2015.

**Deputado JÚLIO DELGADO
PSB/MG**